

“Supor que os universais não existem”: Neoliberalismo enquanto conceito universalizável a partir da arqueogenéalogia de Foucault / “To Assume That Universals Do Not Exist”: Neoliberalism as a Universalizable Concept from Foucault's Archaeogenalogy

*Emmanoel de O. Boff**

*Cícero Lourenço da Silva***

RESUMO

O artigo propõe que os princípios de raridade e a função-escola (derivados da arqueologia foucaultiana) podem ajudar a compreender a crise de inteligibilidade do neoliberalismo pós-2008. Em vez de tomar o universal neoliberalismo *a priori* como conceito em que podemos categorizar certas práticas de governo, procuramos entendê-lo *a posteriori*, emergindo como universal a partir dessas práticas. Mostramos que a resiliência do neoliberalismo (enquanto cosmovisão e prática) vem de sua organização em diferentes dispositivos. O que une as diferentes correntes neoliberais são compromissos epistêmicos que funcionam como enunciados raros produzidos em quatro escolas de pensamento - Chicago, Virginia, Viena e Friburgo.

PALAVRAS-CHAVE: neoliberalismo. arqueologia; dispositivos

ABSTRACT

*The article proposes that the principles of rarity and the school-function (derived from Foucauldian archaeology) can help to understand the intelligibility crisis of post-2008 neoliberalism. Rather than taking neoliberalism as a universal *a priori* concept to categorize certain governmental practices, we seek to understand it *a posteriori*, emerging as a universal from these practices. We demonstrate that the resilience of neoliberalism (as a worldview and practice) stems from its organization into different dispositifs. What unites the various neoliberal strands are epistemic commitments that*

*Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.
emmanoelb@id.uff.br

**Professor da Universidade Regional do Cariri (URCA), Barbalha, Ceará, Brasil.
cicero.lourenco@urcal.br.

function as rare statements produced in four schools of thought – Chicago, Virginia, Vienna, and Freiburg.

KEYWORDS: neoliberalism; archaeology; dispositifs

Introdução

Logo no início do hoje famoso curso no *Collège de France* - “O Nascimento da Biopolítica” – Michel Foucault anuncia as “questões de método” que haviam norteado sua pesquisa desde a história da loucura: “em vez de partir de universais como grade de inteligibilidade obrigatória para um certo número de práticas concretas, gostaria de partir dessas práticas concretas e (...) passar os universais pela grade dessas práticas”. Em seguida, acrescenta: “suponhamos que os universais não existem (...): como [historiadores] podem escrever a história, se não admitem *a priori* que algo como o Estado, a sociedade, o soberano, os súditos existem?”.

No curso de 1979, as “práticas concretas” a que o filósofo francês se refere são práticas de governar – mais especificamente, práticas *liberais* de governar. É a partir dessas práticas que certos objetos de caráter universal - ou “coisas” – como o Estado, a sociedade e o soberano (mas também a doença, a sexualidade e a loucura) serão pensados. A ideia é apresentar como uma “série de práticas/regimes de verdade” forma um dispositivo de saber-poder que marca (...) no real algo que não existe e submete-o à demarcação do verdadeiro e do falso”.

Embora asserções sobre a inexistência do Estado, da sexualidade e da doença possam espantar pesquisadores afeitos a abordagens mais positivistas e/ou materialistas, sugerimos que seu uso como *hipótese* de trabalho pode ser útil. Sua utilidade está justamente em evitar que o uso de conceitos de caráter universal se desacople de práticas discursivas e não-discursivas nas quais tal uso está enraizado. Em outras palavras, ao se utilizar de conceitos de caráter universalizante como “Estado” ou “sociedade”, deve-se ter em mente como eles se entretêm tanto com outros conceitos (seja de caráter universal ou não) quanto com práticas concretas não discursivas (como governar na política ou produzir e trocar na economia). A observância a esses encadeamentos pode nos esclarecer como “regimes de veridicção” usados por grupos especializados na lida com o saber passam certos fenômenos pela grade da prática. Estes últimos, por sua vez,

podem ser marcados com asserções verdadeiras (ou falsas) de caráter potencialmente universal³.

O problema que propomos tratar neste trabalho diz respeito ao que entendemos ser uma crise na grade de inteligibilidade e regime de veridicação associado a um universal central no curso de 1979: o neoliberalismo. Desde sua ascensão no discurso público e acadêmico a partir dos anos 1980, o que se pode entender por neoliberalismo mudou. Se é assim, contudo, cabe perguntar se e como podemos costurar um universal como o “neoliberalismo” a partir de práticas concretas tão distintas como as que observamos em países como a China e os EUA. O que vamos propor neste artigo é que a arqueologia de Foucault (principalmente no conjunto de textos de 1966 a 1970) pode nos ajudar a elaborar uma definição “negativa” de neoliberalismo. Nossa hipótese: uma definição “negativa” pode nos ajudar a entender o modo rizomático com que formas neoliberais de governo podem se universalizar. Com uma definição “negativa”, enfatizamos não a plethora empírica de teorias, estudos, artigos ou políticas neoliberais, mas o “princípio de raridade” que permite surgir tal profusão de textos e práticas. A partir da raridade dos enunciados produzidos tentaremos dar conta da complexidade e resiliência das práticas neoliberais concretas. Esperamos mostrar que o caráter universalizante do discurso neoliberal pode ser compreendido a partir da articulação de princípios trabalhados em quatro escolas de pensamento social e econômico (Chicago, Virginia, Friburgo e Viena⁴). Essas escolas, por sua vez, são *loci* de acumulação de enunciados e articulação de quatro “princípios de rarefação” do neoliberalismo. São eles: 1. a figura do indivíduo e os limites da razão humana; 2. papel da informação e da ignorância; 3. papel das instituições; e 4. limites das funções do Estado frente ao mercado⁵. Este último atua centralmente como mecanismo de coordenação e/ou processador de informações.

Para cumprir nosso objetivo, estruturamos este artigo em três seções centrais: na primeira identificamos os problemas deste estudo. Na primeira, veremos que o neoliberalismo é irredutível tanto ao que se convencionou chamar de ortodoxia

³ Agamben (2009, p. 7), em seu texto sobre “O que é um dispositivo?”, observa que, embora Foucault negue tratar “les universaux”, “this is not to say that there are no operative concepts with a general character in his thought”. “O Discurso Filosófico”, de 1966, publicado apenas em 2023, é outro texto em que conceitos universalizantes aparecem com frequência.

⁴ Há também os ordoglobalistas em relações internacionais da Escola de Genebra (Slobodian 2018) e a importância da London School of Economics no pós-guerra. Não incluímos essas escolas porque sua relação com os princípios elaborados pelas escolas que arrolamos neste trabalho são transversais a eles.

⁵ Falamos de “figura”, “função” e “papel” para enfatizar que não estamos lidando com “conceitos” ou “definições” no sentido de prover termos que nos permitam identificar sua extensão empírica. Ao usarmos as expressões acima enfatizamos (à maneira kantiana) as condições de possibilidade de definições de uso empírico e prático.

neoclássica quanto às políticas econômicas derivadas do “Consenso de Washington” original e o consenso ampliado de Washington (RODRIK 2002). Na segunda seção explicamos como a arqueologia de Foucault (1969) pode dar conta deste problema - levantamos a hipótese de que o “neoliberalismo” é um significante vazio (LACLAU, 1996), termo que sinaliza uma lacuna que, no entanto, é capaz de articular diferentes estratégias e táticas concretas de governo. Por fim, a última seção tratará da função-autor e apresentará nossa contribuição neste trabalho - o conceito de função-escola. Ali esboçaremos os princípios das quatro escolas provedoras de grades articuladoras de táticas e estratégias de intervenção política neoliberais. Uma última seção amarra os resultados deste trabalho e aponta caminhos futuros da pesquisa.

1. Crise de inteligibilidade do neoliberalismo

1.1. Neoliberalismo: ascensão e queda?

Embora discutido desde os anos 1930, o conjunto de ideias e práticas que tentamos abranger com o termo “neoliberalismo” ganhou proeminência e alcance global na época em que Michel Foucault ministrou seu curso de 1979. Com a queda da URSS em 1990, práticas de caráter neoliberal se espalharam tanto pelo Leste Europeu quanto pela América Latina e Ásia - ainda que de formas distintas. No entanto, crises como a do México de dezembro de 1994, da Ásia em 1997 e da Rússia em 1998 geraram (auto)críticas (e transformações) nas práticas neoliberais de governo. Quando tais crises atingiram as economias centrais - já no início dos anos 2000 nos EUA, mas em especial com a crise do subprime de 2007-8 e a crise da zona do euro em 2011 - práticas neoliberais passaram a ser não apenas criticadas, mas dadas como ultrapassadas. A importância do papel do Estado na ascensão da China e das economias asiáticas no início deste século parecia colocar uma pá de cal na ambição universalizante das formas neoliberais de governo. Finalmente, a eleição de líderes e movimentos antiglobalização bem como a importância dos gastos públicos no enfrentamento da crise da Covid-19 confirmariam o diagnóstico sobre os limites das práticas neoliberais ao redor do globo. Teríamos assim uma sequência de nascimento do neoliberalismo (final dos anos 1930), ascensão (durante os anos 1970), período áureo (anos 1990 até 2007) e queda a partir da última década (isto é, de 2010 em diante).

No entanto, a realidade é mais complexa do que sugere o rascunho histórico de “ascensão e queda” do neoliberalismo acima. Como ilustra Weber (2021), mesmo no caso da China práticas de governo neoliberais são incluídas no rol de políticas estatais de desenvolvimento. O mesmo sucede com a Índia desde 1991 (PATEL, 2022). O caso latinoamericano recente com as reformas de Javier Milei na Argentina e a centralidade de políticas de controle de gastos e inflação desde 2015 no Brasil mostram que práticas de cunho neoliberal estão longe de serem ultrapassadas. Em outras palavras: em quatro países importantes do “Sul global” práticas neoliberais continuam a ser empregadas em graus variados de importância. Deste modo, se não morto, resta saber em que sentido o neoliberalismo está vivo ou apenas “zumbi” (FISHER, 2013).

1.2 Neoliberalismo para além da teoria econômica ortodoxa e do “Consenso de Washington”

Após o anúncio prematuro da morte do neoliberalismo desde a crise de 2007-8, iniciou-se a publicação de trabalhos que visavam tanto entender a resiliência das “nove vidas” do neoliberalismo (PECK, 2010) como sua constituição enquanto “think tank” transnacional e transdisciplinar (MIROWSKI E PLEHWE, 2009). No Posfácio deste último livro, Philip Mirowski sugeriu uma definição de neoliberalismo baseada em 11 princípios unidos por certos compromissos epistêmicos (*epistemic commitments*) relativos ao problema do papel do conhecimento na sociedade. A importância deste texto de Mirowski é tripla: primeiramente, no campo intelectual, ele vai além da narrativa histórica que associa a ascensão das doutrinas neoliberais a mudanças intelectuais no campo das ciências econômicas (mudanças que apontam a crítica a diversos tipos de keynesianismo e a teorias estruturalistas do desenvolvimento). Já no campo da história, a ascensão neoliberal ultrapassa a crise do petróleo e a estagflação dos anos 1970, além do choque de juros de Paul Volcker de 1979 e a eleição de Thatcher/Reagan na virada para os anos 1980. Por fim, no campo das políticas econômicas, Mirowski propõe ir além da redução do neoliberalismo a certo conjunto de políticas associadas ou derivadas do “Consenso De Washington” (1989)⁶. A definição de neoliberalismo de Mirowski não

⁶ As dez políticas pensadas para a América Latina envolvem “medidas de ajuste estrutural” como controle da dívida pública, redirecionamento do gasto público de “subsídios indiscriminados” para políticas de maior impacto social (educação e saúde primárias, além de alguma infraestrutura), reforma fiscal, liberalização financeira e comercial (com eliminação de barreiras ao livre fluxo de capitais); adoção de taxa de câmbio única, desregulamentação dos mercados e incentivo à competição, além de privatização de empresas públicas e proteção aos direitos de propriedade.

pretende ser exaustiva nem imutável; visa apenas uma primeira aproximação aos fundamentos que unem pensadores neoliberais (mesmo quando discordam entre si) desde os anos 1930⁷.

Enquanto primeira aproximação, a definição de Mirowski foi necessária ao desfazer certa caricatura do neoliberalismo que o entendia como redutível à ideologia do capitalismo financeiro de fins do século XX e como defensor estrito do *laissez faire*. Nessa caricatura, comum no período que vai de 1990 até cerca de 2010, definir o neoliberalismo significava, de um lado, identificar o conjunto de teorias econômicas por trás dessa doutrina (a chamada “ortodoxia neoclássica”). Por outro lado, significava identificar políticas econômicas derivadas dessa ortodoxia – políticas defendidas nas diretrizes do Consenso de Washington e/ou às instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial e o FMI. Como sinaliza David Harvey em sua breve história do neoliberalismo (2005, cap. 3), “tensões e contradições” afloram quando tentamos equacionar uma teoria econômica baseada em princípios neoclássicos de maximização sob restrição, risco e equilíbrio em mercados competitivos com a prática concreta de governo dos Estados nacionais. Dessas tensões e contradições criou-se nas últimas décadas uma indústria de críticas e denúncias apontando para o fosso existente entre os princípios de liberdade mercantil e as práticas ativas dos Estados neoliberais.

Não se trata neste trabalho de explicar ou resolver as tensões entre a teoria econômica e as práticas neoliberais, mas tomá-las como dado do problema que propomos enfrentar - a inteligibilidade do neoliberalismo. Já a partir dos anos 1990 este problema diz respeito a como abarcar práticas neoliberais concretas sob certos princípios universais (inicialmente associados à teoria econômica ortodoxa). Harvey sem dúvida hoje soa presciente ao apontar, no meio dos anos 2000, que a instabilidade inerente ao Estado neoliberal geraria uma onda neoconservadora e nacionalista. Como dar conta desses fenômenos sobre os quais a teoria econômica convencional pouco tem a dizer?

O que fica sem explicação no capítulo 3 do livro de Harvey (2005) – e o Posfácio de Mirowski (2009) é uma tentativa de remediar essa falta – é a *articulação* entre as práticas neoliberais concretas e os princípios universalistas presentes na ortodoxia neoclássica. Os pontos 4 (“*A primary ambition of the neoliberal project is to redefine the shape and functions of the state, not to destroy it*”), 5 (“*Neoliberals seek to transcend the*

⁷ De fato, na sua crítica ao livro de 2005 de Harvey (MIROWSKI, 2008), o autor apresenta 10 princípios do neoliberalismo; em seu livro de 2013, já são 13 princípios. Essas mudanças pretendem acompanhar o “caráter mutável” das ideias neoliberais.

intolerable contradictions [entre o Estado e o mercado] by treating politics as if it were a market and promoting an economic theory of democracy”) e 11 (“*The neoliberals have struggled from the outset to make their political/economic theories do dual service as a moral code*”) de Mirowski (2009) oferecem fundamentos ao neoliberalismo irredutíveis à ortodoxia neoclássica.

Ou seja, Mirowski permite que enxerguemos a importância de fatores tidos como exógenos (dentro da teoria econômica convencional) na definição do neoliberalismo. Por exemplo, Hayek e ordoliberais sublinham a importância do Cristianismo⁸ na sustentação dos mercados (ponto 11 de Mirowski). O papel central do Estado em construir ativamente condições em que mercados naturalmente possam vicejar é igualmente enfatizado (ponto 1 de Mirowski). Ou seja, é sob um olhar transdisciplinar que os neoliberais procuram chegar a uma espécie de globalismo transnacional (SLOBODIAN, 2018). A teoria econômica convencional não é senão *um aspecto* deste projeto cujos princípios, a depender do contexto, podem ser mais ou menos relevantes.

Em outros termos: se tentarmos passar os fundamentos da teoria econômica ortodoxa pelas grades das práticas neoliberais tendemos a produzir um universal (o neoliberalismo) cuja relação com essas práticas é crescentemente tênue. Este é o problema que temos em mãos: de um lado, os princípios da teoria funcionam como um “guarda-chuva” que poderiam ser aplicados potencialmente a qualquer país, época ou regime político. De outro, a implantação de práticas neoliberais demanda especificidades que vão além dos princípios da teoria. Daí o fechamento da lacuna entre o universalismo da teoria econômica ortodoxa e as práticas neoliberais se dá por fatores *ad hoc*: por exemplo, a ascensão do neoconservadorismo e dos neonacionalismos seriam variáveis exógenas que qualificam e limitam a aplicação dos princípios da teoria econômica. Daí segue-se a também crescente generalidade de aplicação do termo neoliberalismo, cabível para explicar fenômenos tão distintos quanto políticas sociais pró-pobre, a financeirização e a austeridade. Hoje, tais fenômenos associados ao neoliberalismo podem ser aplicados tanto a governos progressistas quanto a conservadores, dentro de regimes políticos mais ou menos democráticos.

Ora, se Mirowski sugere acertadamente que devemos investigar os fundamentos do neoliberalismo para além do que se convencionou chamar de “ortodoxia neoclássica” e do “Consenso de Washington”, ele não nos dá diretrizes acerca de como seus 11

⁸ Ver também Innset 2020, pp. 146-149; Fèvre 2021, pp. 181-184.

princípios podem mudar ou ser aplicados em contextos históricos concretos. Ou seja, como podemos entender as distintas relações entre práticas morais, políticas, religiosas e econômicas – nem sempre redutíveis umas às outras – quando tentamos extrair delas um universal como o neoliberalismo?

2. O princípio de raridade na arqueologia de Foucault

Retomando nosso problema: o que fazer com o fosso que se alarga entre o neoliberalismo realmente existente (bem como as políticas econômicas derivadas do “Consenso de Washington Ampliado”) e os princípios da ortodoxia? De fato, desde a crise de 2007-8, o abismo entre o primeiro e a última teve por efeito acelerar o processo de mudança tanto do *mainstream* da economia (do qual a ortodoxia é parte)⁹ quanto das políticas sugeridas por grandes organismos internacionais. Temas tido como heterodoxos (instituições, poder, críticas à hipótese de racionalidade) passaram a fazer parte do discurso econômico *mainstream*. Ao mesmo tempo, políticas monetárias e fiscais agressivas foram praticadas para enfrentar a crise¹⁰. Nada disso, no entanto, significou o fim do neoliberalismo, como bem lembra Mirowski (2013). Mas o que manteria o conceito de “neoliberalismo” unido, dado o hibridismo de ideias e práticas ortodoxas e heterodoxas pós-crise de 2008?

Tentar mapear a variedade de propostas, ideias e práticas que circularam no discurso econômico neoliberal é, por certo, um trabalho de Sísifo, um mapa de Borges (que, de resto, queda inútil). Nossa sugestão não busca totalidades englobantes, mas identificar lacunas no seio da plethora discursiva neoliberal. Como fazer isso? Podemos identificar na “Arqueologia do Saber” de Foucault (1969, III.4) uma “lei de raridade”, um “princípio de rarefação” dos enunciados, que consiste em:

1. “um princípio de que nem tudo é sempre dito; (...) os enunciados (por numerosos que sejam) estão sempre em déficit; a partir da gramática e do tesouro vocabular de que se dispõe em dada época, relativamente poucas coisas são ditas (...);
2. [Um estudo dos] enunciados no limite que os separa do que não está dito, na instância que os faz surgirem à exclusão de todos os outros (...) A formação discursiva não é, pois, uma totalidade em desenvolvimento (...) *mas uma distribuição de lacunas, de vazios, de ausências, de limites, de recortes*. Devido à necessidade de estabilização espaço-temporal de redes sociotécnicas

⁹ Sobre a diferença entre a economia neoclássica, ortodoxa, mainstream e heterodoxia ver Dequech (2007).

¹⁰ Entre as políticas monetárias estava o “quantitative easing” e o *revival* da ideia de “helicopter money” nos anos 2000. Em termos de política fiscal, os resgates de instituições financeiras sinalizaram uma política antiortodoxa de gastos.

(a partir das quais pode-se produzir universais), não basta que os problemas tratados pelos dispositivos sejam urgentes – eles devem ser estáveis no tempo. (nossa ênfase).

Ou seja, não mapearemos todas as hibridações possíveis que o discurso neoliberal pode fazer tanto com a economia ortodoxa quanto com outras disciplinas, mas justamente a *distribuição das lacunas neste discurso*. Na seção 4 mostraremos como essa noção de “raridade” se aplica na construção do universal “neoliberalismo”.

2.1 A acumulação de enunciados: a função-autor

Ainda segundo a “arqueologia”, as relativamente poucas e raras coisas que podem ser ditas acumulam-se em determinados pontos do espaço discursivo. Nossa hipótese é que são “autores” vinculados a “escolas” de pensamento econômico que permitem que o discurso se difrete em incompatibilidades internas às diferentes correntes neoliberais. Enquanto “instauradores de discursividade”, autores como Milton Friedman, Friederich Hayek ou Gary Becker “(...) tornaram possível (e tanto quanto) um certo número de diferenças (...) Abriram o espaço para outra coisa diferente deles e que, no entanto, pertence ao que eles fundaram”. Ou ainda, eles “tornaram possível um certo número de diferenças em relação aos seus textos, aos seus conceitos, as suas hipóteses, que dizem todas respeito ao [seu] próprio discurso (...).”.

Não tomamos, portanto, Friedman (ou Hayek ou Becker ou outros neoliberais) como produtores de teorias capazes de englobar ou totalizar uma série de ideias de forma encadeada ou coerente. Como posto acima, o que esses autores fazem é *abrir um espaço de diferenças e discordâncias no discurso*. Nas palavras de Foucault, eles provêm “pontos de difração” ou de “incompatibilidade” dentro do discurso econômico. Um exemplo: a economia comportamental pode ser entendida como um “ponto de difração” com relação à teoria clássica do consumidor. Embora critique e abra uma linha de pesquisa alternativa à hipótese comportamental do indivíduo maximizador da economia neoclássica padrão, ela continua admitindo que indivíduos escolhem segundo suas preferências, crenças e restrições (GINTIS, 2009). Indivíduos podem ter vieses e heurísticas que desviam seu comportamento de resultados maximizadores; contudo, continuam fazendo escolhas segundo crenças e restrições que enfrentam. O enunciado de que indivíduos escolhem subjaz às controvérsias sobre os fundamentos da ação econômica. O não-dito, neste caso, envolveria pensar a ação econômica sem ter por fundamento a noção de “indivíduo” (com suas crenças e restrições) ou de “escolha”.

No caso do pensamento neoliberal, contudo, escolas, mais que autores, conformam pontos em que os enunciados se acumulam. Mais uma vez seguimos Foucault no ponto 4 abaixo, quando resume o papel da função autor nos discursos:

A função-autor está ligada [1] ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; [2] ela nasce se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; [3] ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; [4] ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar. Foucault, 1969, a numeração é nossa).

O ponto 2 acima - bastante anti-foucaultiano à primeira vista - sinaliza o quanto o autor francês no período de 1966 a 1970 se utiliza, a seu modo, de enunciados de caráter universalizante. Neste sentido, práticas articuladas a diferentes sistemas jurídicos e institucionais (de diferentes épocas e civilizações) são a base para que a função-autor opere no discurso¹¹.

Ou ainda: aos nomes de “Friedman”, “Becker”, “Buchanan”, “Hayek” estão associadas não apenas instituições como a “Sociedade de Mont Pélérin” ou escolas de pensamento como as de Chicago, Viena, Friburgo e de Richmond (em Virginia, nos EUA). É também central a ligação desses autores com um sistema jurídico que produz enunciados e um regime de veridicção sobre a ação econômica. Isto não quer dizer que os indivíduos Milton Friedman ou Gary Becker façam parte direta desse sistema, mas que seus nomes exercem uma função de legitimação das práticas neoliberais a partir de seus discursos. Em torno de seus nomes, acumulam-se enunciados que nos permitem recortar a realidade de certo modo e fornecer critérios de verdade sobre determinados fatos.

Vemos assim que, antes dos anos 1970, Foucault já inseria a produção discursiva em uma rede jurídica e institucional - rede que posteriormente fará parte dos chamados *dispositivos*. Lembramos que Foucault definiu mais o dispositivo em 3 etapas que enumeramos abaixo:

1. [O dispositivo] é (...) um conjunto heterogêneo consistindo de discursos, instituições, formas arquitetônicas, decisões regulatórias, leis, medidas administrativas, enunciados científicos e proposições filantrópicas, morais e filosóficas - em suma, tanto o dito como o não-dito. (...)
2. O dispositivo é ele mesmo a rede que pode ser estabelecida entre esses elementos (...)
3. O

¹¹ O texto de Aldo Mariadaga (2020) assume uma análise parecida (relacionando interesses, instituições e idéias) para estudar como as ideias neoliberais se espalharam na prática no Chile. Já no início do século, Max Weber se utilizava de um instrumental teórico parecido (SCHLUCHTER 2014, cap. 2).

dispositivo é um conjunto de estratégias de relações de forças apoiando e sendo apoiadas por certos tipos de conhecimento” (FOUCAULT, 1977, tradução nossa).

A noção de dispositivo é central para a compreensão do discurso neoliberal. A efetivação prática desse discurso com ambições universais se dá justamente pela sua capacidade de se imiscuir com instituições, medidas administrativas e decisões regulatórias emanadas de práticas jurídicas. É a partir dessas práticas que podemos compreender o neoliberalismo como universal. Nossa missão agora é identificar os “tipos de conhecimento” produzidos pelos autores neoliberais, bem como eles podem interagir com instituições como o mercado e o Estado.

3. Neoliberalismo: princípios e escolas

3.1. Princípios universalizáveis e raros

A seção anterior analisou o princípio da raridade presente na arqueologia. Quais seriam os enunciados básicos (valorosos e raros) que vinculam os autores neoliberais, mesmo em suas discordâncias? Sugerimos que sejam poucos os “compromissos epistêmicos” que os unem: apenas cinco. Eles são articulados numa cosmovisão que permite a difração do discurso neoliberal em: 1. Diferentes noções de *individualismo*: o indivíduo pode ser retratado como mais ou menos capaz de cálculo racional, ou então como mais ou menos “empresário” (Kirzner) que detecta com atenção as informações do ambiente e preferências dos participantes do mercado. Em outros termos, não há uma noção fixa ou única de indivíduo.

Essas noções fluidas de indivíduo, por sua vez, dependem dos 2. *tipos e disponibilidade de informação* (ou falta dela por um “véu da ignorância”, no caso de Buchanan): a informação pode ser vista como coisa que pode ser codificada em *bits* (Varian e Shapiro); ou ainda, mais profundamente, como produto da ordem sensorial ou resultado do mecanismo de busca via mercado (Hayek).

A organização da informação disponível depende crucialmente de 3. *instituições* capazes de parametrizar o comportamento individual (bem como os interesses e afetos individuais); são vistas usualmente como restrições ou “regras do jogo” (North).

Finalmente, 4. pode-se então discutir os limites de atuação de instituições *hierárquicas e centralizadas* (*por exemplo, o Estado ou firmas*). Como ponto de

amarração entre esses quatro princípios temos *o mercado* enquanto mecanismo coordenador de ações interessadas ou processador de informações.

Retornando à nossa seção 2, percebemos como os resultados do que se costuma chamar de “ortodoxia neoclássica” são apenas *uma variação possível* dos 4 pontos acima amarrados pelo mercado: suponha por hipótese que temos indivíduos perfeitamente capazes de cálculo dispondo de informação perfeita (passível de codificação) em mercados perfeitos. Neste caso, pode-se estudar matematicamente em que medida a interação mercantil produz resultados ótimos¹². Quando relaxamos as hipóteses sobre comportamento individual - mas mantemos os resultados de mercado perfeitamente competitivo como *benchmark* - podemos aumentar o limite de ação do Estado frente ao mercado. Ou seja, *não há um limite prático pré-estabelecido com relação ao que o Estado pode fazer*. Por exemplo, o Estado pode corrigir falhas de mercado, prover bens públicos ou garantir uma renda mínima para a população. Alternativamente, podemos também pensar em alterar juridicamente as “regras do jogo” econômico para permitir com que o mercado funcione de modo mais amplo e profundo. Há, contudo, *um limite teórico* com relação à ação do Estado: ele não pode definir previamente uma noção de “bem-comum” nem privilegiar certos grupos ou indivíduos - vale a “rule of law”.

Ao assumirmos que a informação do ambiente não é facilmente codificada em bits, podemos analisar o comportamento humano não na forma de um cálculo racional formal, mas como comportamento seguidor de regras (Hayek). Neste caso, instituições são centrais. Embora não codificada, a informação pode ser produzida pelo comportamento de tipo empresarial e expressa em preços. Nesta variação, o limite da atuação de instituições hierárquicas (como o Estado ou firmas) frente ao mercado é dado pela menor capacidade coordenação ou de processamento de informações do primeiro frente ao segundo.

Ou seja, não se trata de definir o neoliberalismo pela hipótese de um indivíduo isolado (em comparação com um indivíduo socializado), nem pela sua negligência em relação ao papel das instituições nem seu apoio necessário a políticas de *laissez-faire*. É perfeitamente possível dentro do neoliberalismo adotar a hipótese de que indivíduos são socializados, instituições são centrais (principalmente as legislativas, jurídicas e de segurança) e o Estado ser limitado, mas capaz de concentrar mais poder que qualquer outra instituição na sociedade.

¹² Em economia, usualmente resultados ótimos são aqueles associados à eficiência no sentido de Pareto (ótimos de Pareto).

Mas se é verdadeiro o que colocamos acima, o que exatamente separaria o discurso neoliberal de se imiscuir com temas mais associados ao pensamento heterodoxo? De fato, a capacidade de circulação social do discurso neoliberal vem também da incorporação de temas e hipóteses negligenciados pelo pensamento puramente ortodoxo. Há, entretanto, uma diferença fundamental que caracteriza o neoliberalismo. Seguimos Whyte (2017) em identificar essa diferença na *crença (ou fé) de que o mecanismo de mercado* (mesmo com problemas e especificidades concretas) é capaz de gerar uma ordem social “espontânea” a partir do comportamento autointeressado. Nossa análise aponta para uma definição negativa de neoliberalismo: este conjunto de práticas, teorias e princípios não pode “veridizer” o econômico a não ser a partir do 1. comportamento de criaturas autointeressadas e racionais que 2. escolhem em mercados sob ignorância e escassez. Estas criaturas, por seu turno, fazem 3. emergir não intencionalmente ordens descentralizadas a partir dessas escolhas. Podemos operar dentro da cosmovisão neoliberal mesmo que investiguemos a economia tendo por base racionalidade limitada, indivíduos altruístas ou mercados imperfeitos. Ir além dessa cosmovisão envolve crucialmente abandonar o *benchmark* dados pelos enunciados 1, 2 e 3 logo acima. Imaginar que o Estado (não importa quão poderoso seja) pode buscar o bem-comum além dos resultados de mercado (como sugere Keynes no final da “Teoria Geral”) ou que classes socioeconômicas são unidades centrais de análise (como na economia clássica) já é ultrapassar os limites da cosmovisão neoliberal.

Ou seja, há um amplo (mas não infinito) campo de possibilidades em que o neoliberalismo pode se atualizar a partir de seus princípios de raridade. Na prática, observamos uma divisão de trabalho entre diferentes escolas que buscam modos de efetivar os quatro princípios neoliberais na forma de teorias e práticas. Vamos fazer um breve apanhado das ideias de cada uma delas.

3.2 A função-escola: Chicago, Viena, Friburgo, Virginia

A partir do ponto 4 da função-autor foucaultiana - “ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar” - sugerimos que o neoliberalismo se apresenta principalmente como *função-escola*. Explicamos: no discurso neoliberal, os enunciados se agrupam principalmente em torno de escolas de pensamento, não de indivíduos particulares. Assim, com o nome “Escola de Chicago” podemos agrupar o conjunto de

enunciados que são produzidos a partir de quatro autores: Gary Becker, Milton Friedman, George Stigler e Ronald Coase. Da mesma forma, a “Escola Austríaca” se agrupa em torno de autores como Friedrich Hayek, Ludwig von Mises, Ludwig Lachmann e Israel Kirzner. Em termos práticos, o agrupamento na forma-escola tem a vantagem de permitir com que diferentes enunciados (por vezes conflitantes) ocupem posições distintas em um dispositivo econômico¹³. O foco em apenas um ego ou posição-sujeito (associado, digamos, ao nome de Friedman ou Hayek) limita o campo possível de interpretação e de uso prático dos enunciados. Uma política econômica que segue princípios elaborados apenas em enunciados produzidos por Friedman é menos rica, em termos de usos e possibilidades interpretativas, que uma política desenhada em torno da Escola de Chicago como um todo. Discordâncias à parte, prevalece uma mesma cosmovisão centrada na capacidade do mercado de coordenar a ação social do melhor modo possível para indivíduos autointeressados.

Como se dá a divisão do trabalho entre essas escolas? De forma bastante resumida, sugerimos que a produção de conhecimento no neoliberalismo se dá principalmente no seio das quatro escolas abaixo:

Escola de Chicago (Becker, Friedman, Stigler, Coase): O “mais poderoso programa em economia da América” (HORN et al, 2013) é exemplo de programa heterogêneo de economia. Sua ênfase se dá, por um lado, pelo impacto que a “metodologia da economia positiva” de Friedman tem no uso de testes empíricos e desenho prático de políticas econômicas no nível macroeconômico. No nível microeconômico, trabalhos de Stigler e Becker propõem abordagens que permitam estudar a troca de informações como em um mercado e compreender toda a ação humana (escolhas familiares e afetivas inclusive) como passível de análise pelos princípios de maximização sob restrição, equilíbrio e risco. Por fim, há aplicação da análise de custo-benefício na elaboração de regras e leis (Posner) e na criação de instituições (Coase). No caso destes dois últimos, a abordagem metodológica é baseada mais em estudos de caso que métodos quantitativos.

Escola de Viena (Hayek, Mises, Lachmann, Kirzner): Diferente de Chicago, não há usualmente ênfase direta na elaboração de políticas econômicas específicas. Daí, fazem usualmente pouco uso de métodos quantitativos. A ênfase é na subjetividade como base do comportamento e no estudo da economia como processo dinâmico no tempo

¹³ Por exemplo, há discordâncias entre Mises e Hayek sobre o papel da praxeologia na teoria econômica, assim como entre Friedman e Stigler quanto ao papel do economista na elaboração de políticas econômicas.

(longe, portanto, da noção de equilíbrio estático da economia neoclássica tradicional). Em grande medida a análise se sustenta na problemática do conhecimento e ignorância em sociedades estendidas – e o papel da competição mercantil como solução para tal problema. A ligação entre política, economia e filosofia é frequente; o homem econômico é caracterizado como “empreendedor” (Mises/Kirzner), capaz de captar sinais de oferta e demanda produzidos pelo mercado.

Escola de Friburgo ou Ordoliberal (Eucken, Röpke, Böhm, Erhard): Por um lado, há ênfase no estudo da concentração de poder econômico (e também político) gerada pelos mercados não-competitivos (Eucken e Böhm) - e a função do Estado em dirimir tal concentração de poder. Na segunda vertente, o foco está na importância da cultura como base das tradições que permitem o funcionamento dos mercados, bem como a discussão da crise dos valores ocidentais (Röpke). Quando se trata da aplicação prática dos princípios ordoliberais, o *Bundeskanzler* Ludwig Erhard implementou nos anos 1960 o que ficou conhecido nas décadas seguintes como a “economia social de mercado” alemã: o foco na competição mercantil não ignora questões sociais e culturais.

Escola de Virginia (Buchanan, Tullock, Olson, Ostrom¹⁴): A economia política desta escola (teoria da escolha pública) enfatiza dois pontos: por um lado, o estudo do comportamento político como análogo ao mercantil: políticos e burocratas fazem cálculo custo-benefício que abre espaço para o *rent-seeking* e captura do Estado. Por outro lado, estuda-se a possibilidade e limites da democracia por consenso na elaboração das regras do jogo na elaboração da constituição de diferentes sociedades com diferentes princípios.

Usamos a palavra “ênfase” nas descrições acima para sinalizar que os temas não são exclusivos desta ou daquela escola, bem como para observar que há diálogo constante entre as vertentes acima. Nesta troca constante de ideias, a “economia do discurso” neoliberal - sua produção, circulação, distribuição e consumo - é potencializada: enquanto economistas próximos à Escola de Chicago testam econometricamente a eficácia de certas medidas econômicas, outros, próximo à Escola Austríaca, podem apontar para a falha dos princípios filosóficos subjacentes a determinadas políticas econômicas. A possibilidade de *rent-seeking* pode justificar a limitação do papel do Estado em certas áreas, segundo a análise da Escola de Virgínia; por outro lado, a necessidade de coesão social pode

¹⁴ Elinor e Vincent Ostrom podem ser classificados mais precisamente na Escola de Bloomington de Economia Política (da Universidade de Indiana). Colocamos Ostrom junto à Escola de Virginia mais pelas suas preocupações relativas ao surgimento de ordens espontâneas e surgimento de regras não mediadas pelo mercado ou Estado. Reconhecemos que sua preocupação com os “comuns” e sua inclusão na Escola de Virginia marca um limite do que chamamos de pensamento neoliberal.

justificar preocupação do Estado com uma política cultural, educacional ou de renda mínima. Deste modo, a rede do discurso neoliberal pode sustentar um conjunto de práticas de produção de saber econômico (pela via da tradição de Chicago, por exemplo). Estas práticas, por seu turno, estão atreladas a uma cosmovisão capaz de produzir enunciados de caráter universal sobre o funcionamento das economias modernas (missão que fica a cargo, por exemplo, de economistas ligados à Escola Austríaca).

Notas Conclusivas: passando os universais pela grade das práticas

Voltemos ao problema inicial deste trabalho: a inteligibilidade do neoliberalismo, principalmente no pós-crise de 2007-8. Como nossa abordagem analisa a resiliência do discurso neoliberal nos últimos anos? Vamos rapidamente apontar nossa contribuição e futuras avenidas de pesquisa para este trabalho.

Primeiramente, a dificuldade de entender a resiliência do neoliberalismo na última década tem duas razões principais, a nosso ver: em primeiro lugar, não se trata de identificar um “tipo ideal” de políticas econômicas pró-mercado e verificar em que medida políticas econômicas concretamente implementadas se aproximam ou se encaixam neste tipo ideal. Este tipo de análise tende a se encaixar no que chamamos de análise “guarda-chuva” - falando caricaturalmente, se a política X apoia o mercado e limita o Estado, então X é provavelmente neoliberal.

Ora, a análise inspirada em Foucault que propomos é o oposto disso. O que chamamos acima de uma “economia do discurso neoliberal” potencializada diz respeito à possibilidade de passar pela grade de diferentes práticas os cinco compromissos epistêmicos da seção anterior. O problema da abordagem “guarda-chuva” é não atentar para as combinações possíveis desses cinco compromissos: por exemplo, dadas condições concretas de crise, é possível uma atuação do Estado mais pró-ativa durante longos períodos de tempo - o tempo necessário para permitir que os mercados e o processo de mercadização continue se aprofundando. Esta atuação pode envolver políticas sociais, como foi o caso no período da Covid-19. Essas políticas não são pontos cegos nem aberrações dentro dos princípios neoliberais: elas são exatamente as “grades da prática” que devemos atravessar para chegarmos ao neoliberalismo enquanto universal.

Isto leva ao nosso segundo ponto: do mesmo modo como não está restrito a certo conjunto de políticas, o neoliberalismo tampouco se restringe a esta ou aquela teoria econômica. Como tentamos mostrar na seção anterior, é antes a divisão de trabalho entre

diferentes *escolas de pensamento* que nos permite traçar linhas transdisciplinares que “passam pelas grades da prática” um ou mais desses princípios neoliberais. Estes princípios vão além da teoria econômica *tout court*, incluindo questões filosóficas, políticas, éticas e históricas - bem ao modo do dispositivo foucaultiano.

É apenas atravessando as grades da prática que podemos ter uma noção precisa da generalidade dos princípios neoliberais (seção 4.1). Mesmo políticas contrárias aos princípios neoliberais - como políticas desenvolvimentistas – não excluem a possibilidade de se acoplar a um ou mais princípios neoliberais. É o que teria ocorrido no segundo governo Lula (2006-2010), num híbrido que Cornel Ban (2013) chama de “neodesenvolvimentismo liberal brasileiro”. Deste modo, em vez de falar simplesmente de “neoliberalismo” - ou mesmo qualificá-lo como “neoliberalismo autoritário” (BRUFF e TANSEL, 2021), por exemplo - pesquisadores que preferem “manter os pés no chão” poderiam falar de “elementos neoliberais” em certo dispositivo. Deste modo, um dispositivo não é exclusivamente “neoliberal” ou “antoliberal”. Podemos dizer que um dispositivo pode ser mais ou menos neoliberal – na medida em que possa amarrar certas práticas econômicas a um ou mais princípios gerais acima.

A nosso ver, a vantagem de usar a expressão “elementos neoliberais” (em vez de neoliberalismo) está na possibilidade de destacá-los e usá-los em outros dispositivos. Tal caso ocorre quando ideias neoliberais devem ser traduzidas para contextos fora dos centros de produção dessas ideias (como as Escolas acima e instituições como o FMI e o Banco Mundial). No entanto, esse processo de tradução envolve estudar os limites do dispositivo foucaultiano e definir com mais precisão ideias como estabilização de um dispositivo e o processo de transmissão internacional de ideias neoliberais. Contudo, deixamos estes pontos para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

BAN, Cornel. Brazil's liberal neo-developmentalism: New paradigm or edited orthodoxy? *Review of International Political Economy*. Vol.20, n.2, p.298-331, 2013.

BRUFF, Ian; TANSEL, Cemal Burak (Ed.). *Authoritarian neoliberalism: Philosophies, practices, contestations*. Routledge, 2020.

FÈVRE, Raphaël. *A political economy of power: Ordoliberalism in context, 1932-1950*. Oxford University Press, 2021.

FISHER, Mark. *How to kill a zombie: strategizing the end of neoliberalism.* *openDemocracy*, Londres, 18 jul. 2013.

FOUCAULT, M. *The Confession of the Flesh.* In: GORDON, Colin. (org.) *Power/Knowledge: Selected Interviews, 1972-1977.* New York: Pantheon Books, 1977.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. *_. A arqueologia do saber*, v. 9, 1969.

HARVEY, David. *Spaces of neoliberalization: towards a theory of uneven geographical development.* Vol. 8. Franz Steiner Verlag, 2005.

VAN HORN, Robert; MIROWSKI, Philip; STAPLEFORD, Thomas A. (Ed.). *Building Chicago economics: new perspectives on the history of America's most powerful economics program.* Cambridge University Press, 2011.

INNSET, Ola. *Reinventing liberalism.* Springer International Publishing, 2020.

LACLAU, Ernesto. *Why do empty signifiers matter to politics. Emancipation (s)*, v. 36, n. 46, 1996.

MARIADAGA, Aldo. *The three pillars of neoliberalism: Chile's economic policy trajectory in comparative perspective*, Contemporary Politics, 2020.

MIROWSKI, Phillip; NIK-KAH, Edward. *The knowledge we have lost in information: The history of information in modern economics.* Oxford University Press, 2017.

MIROWSKI, P; PLEHWE, D. *The Road from Mont Pelerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective.* Harvard University Press, 2009.

PATEL, Sujata; PARTHASARATHY, D.; JOSE, George. Introduction: Pathways towards Majoritarian Neoliberalism in Mumbai. In: *Mumbai/Bombay*. Routledge India, 2022. p. 1-23.

PECK, Jamie. *Constructions of neoliberal reason.* OUP Oxford, 2010.

RODRIK, Dani. *Feasible globalizations.* 2002. Disponível em <http://ksghome.harvard.edu/~drodrik.academic.ksg/Feasible.pdf>. Acesso em 18.01.2025.

SLOBODIAN, Quinn. *Globalists: The end of empire and the birth of neoliberalism.* Harvard University Press, 2018.

SCHLUCHTER Wolfgang, *O desencantamento do mundo: seis estudos sobre Max Weber.* Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2014.

WEBER, Isabella M. *How China Escaped Shock Therapy.* London: Routledge, 2021.

WHYTE, J. *The Invisible Hand of Friedrich Hayek: Submission and Spontaneous Order.* Political Theory, 1-29, 2017.